ISSN: 2358-8829

JOGOS SOCIAIS E RESPEITO ÀS DIFERENÇAS DE GÊNERO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Náthaly Pollyanne Paixão dos Santos Silva [1]
Nathielly Darcy Ribeiro Araújo[2]

RESUMO

Este artigo apresenta um relato de experiência sobre o projeto interdisciplinar "Respeito em Ação: jogos sociais para aprender brincando", desenvolvido em 2025 no curso de Pedagogia do Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA), com estudantes do 3º e 4º anos do Ensino Fundamental. O objetivo é analisar as possibilidades pedagógicas de um jogo de tabuleiro para abordar o respeito às diferenças de gênero e a convivência escolar.

A proposta foi organizada em quatro momentos: roda de conversa, apresentação dialogada, jogo em pequenos grupos e reflexão coletiva. A discussão articula a descrição da prática às contribuições sobre ludicidade, desenvolvimento infantil, relações de gênero e formação cidadã. A experiência permitiu examinar como perguntas e situações próximas ao cotidiano infantil podem integrar uma atividade lúdica orientada ao diálogo e à construção coletiva de respostas.

A ausência de instrumentos formais de avaliação e de acompanhamento posterior limita as conclusões sobre mudanças nas atitudes dos participantes. Sustenta-se que o recurso oferece possibilidades para o trabalho educativo com as diferenças, desde que associado a objetivos claros, mediação pedagógica e continuidade no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Jogos sociais; Ludicidade; Relações de gênero; Convivência escolar; Anos iniciais.

1Graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA), Pernambuco. E-mail: nathaly.pollyanne@gmail.com.

2Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: Nathielly13@yahoo.com.br.

ISSN: 2358-8829

INTRODUÇÃO

As relações construídas na escola participam da formação das crianças e de suas maneiras de compreender o mundo. Nas brincadeiras, nas atividades coletivas e nas interações cotidianas, os estudantes aprendem regras de convivência, negociam interesses e entram em contato com diferentes expectativas sobre comportamentos e escolhas. Esses espaços também podem reproduzir restrições à participação, como ocorre quando uma brincadeira é considerada adequada apenas para meninos ou para meninas.

Abordar essas situações nos anos iniciais do Ensino Fundamental exige propostas próximas à experiência infantil. A discussão sobre respeito e igualdade precisa ser compreensível para as crianças e abrir espaço para que expressem suas ideias, escutem os colegas e examinem as consequências de atitudes excludentes. O jogo pode integrar esse trabalho ao reunir regras, situações compartilhadas e oportunidades de diálogo, desde que sua utilização esteja vinculada a uma finalidade educativa (Kishimoto, 2017).

As contribuições de Vygotsky (1998) e Piaget (1975) ajudam a pensar a participação da criança na aprendizagem e o papel da atividade lúdica no desenvolvimento. Já Scott (1995) e Louro (1997) oferecem elementos para compreender as relações de gênero e questionar a naturalização de expectativas sociais que delimitam as experiências de meninos e meninas. A aproximação entre essas perspectivas permite discutir o brincar como prática educativa e como espaço de reflexão sobre as diferenças.

Nesse contexto, desenvolvemos o projeto “Respeito em Ação: jogos sociais para aprender brincando”, no âmbito de uma atividade interdisciplinar do curso de Pedagogia do Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA), em 2025. A proposta foi direcionada a estudantes do 3º e 4º anos do Ensino Fundamental e reuniu conversa, apresentação dialogada, jogo de tabuleiro e reflexão final.

O presente artigo tem como objetivo analisar as possibilidades pedagógicas dessa experiência para abordar o respeito às diferenças de gênero e a convivência escolar. A questão que orienta a reflexão é como um jogo, articulado à mediação pedagógica, pode criar oportunidades de diálogo sobre práticas de exclusão presentes nas brincadeiras infantis. O relato concentra-se na organização da proposta e em suas possibilidades educativas, sem atribuir à intervenção efeitos comportamentais que não foram avaliados sistematicamente.

ISSN: 2358-8829

REFERENCIAL TEÓRICO

Ludicidade e mediação pedagógica

A presença de jogos na escola requer atenção à relação entre o brincar e a intenção de ensinar. Para Kishimoto (2017), o jogo, o brinquedo e a brincadeira constituem objetos de reflexão relevantes para a educação. Ao incorporar um recurso lúdico ao planejamento, o professor precisa considerar suas características, os objetivos de aprendizagem e as condições de participação dos estudantes. O simples uso de um tabuleiro ou de cartas não assegura que a atividade produza reflexão sobre o tema proposto.

A mediação pedagógica torna essa relação mais concreta. Explicar as regras, acolher dúvidas e organizar a participação são tarefas necessárias, mas também é preciso explorar as respostas das crianças. Perguntas sobre quem foi excluído, quais sentimentos estão envolvidos e como o grupo poderia agir aproximam a dinâmica do jogo de uma discussão sobre a convivência. Assim, o avanço no tabuleiro pode ser acompanhado por um trabalho de interpretação das situações apresentadas.

Vygotsky (1998) compreende o desenvolvimento psicológico a partir das relações sociais e da mediação cultural. Essa perspectiva permite reconhecer a importância das trocas entre crianças e adultos na construção de significados. Em uma proposta dialogada, a fala do colega e a intervenção de quem conduz a atividade podem oferecer novos elementos para que a criança examine uma situação. Isso exige escuta e abertura para respostas diferentes, em vez de restringir o jogo à reprodução de uma resposta previamente esperada.

Piaget (1975), ao estudar a formação do símbolo na criança, também contribui para compreender o lugar do jogo no desenvolvimento. Sua abordagem e a de Vygotsky possuem pressupostos distintos e não devem ser tratadas como equivalentes. Neste relato, essas contribuições são mobilizadas para reconhecer a atividade infantil e a interação como dimensões relevantes do planejamento, sem pretender testar explicações teóricas sobre o desenvolvimento.

Relações de gênero e participação nas brincadeiras

Scott (1995) apresenta o gênero como uma categoria de análise das relações sociais. Essa perspectiva ajuda a compreender que expectativas sobre comportamentos, preferências e papéis de meninos e meninas não podem ser tomadas como determinações

naturais. No cotidiano escolar, tais expectativas podem aparecer em comentários, na distribuição de atividades e nas restrições à participação em determinadas brincadeiras.

Louro (1997) discute como as práticas educativas participam da produção de diferenças e de relações de poder. A escola, portanto, também precisa examinar os critérios pelos quais organiza as experiências das crianças. Quando aceita sem questionamento que certas atividades pertencem a um único grupo, pode reforçar limites às possibilidades de participação. Quando abre espaço para discutir essas classificações, oferece condições para problematizá-las.

Trabalhar essas questões com crianças dos anos iniciais requer linguagem acessível e cuidado com a exposição dos participantes. O objetivo não é constranger quem reproduz uma ideia aprendida em outros espaços, mas criar condições para analisá-la. Perguntar por que alguém não poderia participar de uma brincadeira, por exemplo, permite discutir o respeito às preferências e o direito de integrar o grupo a partir de uma situação reconhecível pelas crianças.

Convivência escolar e formação cidadã

A Base Nacional Comum Curricular inclui, entre suas competências gerais, o exercício da empatia, do diálogo, da resolução de conflitos e da cooperação, bem como o respeito à diversidade e a atuação responsável (Brasil, 2018). Esses princípios oferecem uma referência para propostas que articulem os conteúdos escolares às relações estabelecidas entre os estudantes.

Em um jogo coletivo, ouvir os colegas, aguardar a vez e negociar respostas podem constituir oportunidades de aprendizagem. Contudo, essas oportunidades dependem das condições de realização da atividade: um grupo pode reproduzir exclusões, concentrar decisões ou silenciar participantes. Cabe à mediação acompanhar essas situações e sustentar a participação de todos. A relação entre ludicidade e convivência precisa, portanto, ser construída ao longo da prática.

METODOLOGIA

O trabalho caracteriza-se como um relato de experiência de natureza descritiva e reflexiva, elaborado a partir de uma prática pedagógica desenvolvida em 2025 no contexto de um projeto interdisciplinar do curso de Pedagogia da UNIBRA. O público-alvo foi composto por estudantes do 3º e 4º anos do Ensino Fundamental. A proposta

buscou discutir respeito às diferenças de gênero, igualdade de participação e convivência por meio de atividades lúdicas.

O percurso foi organizado em quatro etapas articuladas. O planejamento previu aproximadamente dez minutos para a acolhida, vinte minutos para a apresentação interativa e cinco minutos para o encerramento. Esses tempos correspondem à previsão da proposta; não há registro da duração efetiva de cada momento nem do tempo destinado ao jogo. Também não constam, na documentação utilizada para este relato, o número de participantes e a caracterização da escola, o que limita a descrição das condições de realização.

Acolhida e apresentação dialogada

A acolhida ocorreu por meio de uma roda de conversa, iniciada com a pergunta: "O que vocês acham que seriam brincadeiras de menino ou menina?". A questão introduziu as classificações atribuídas às brincadeiras e orientou a discussão sobre preferências e participação. A condução buscou incentivar a escuta e acolher as opiniões sem expor ou constranger as crianças.

Na apresentação interativa, foram abordadas situações relacionadas à cooperação, à empatia e ao respeito às diferenças. O planejamento incluiu recursos visuais de apoio, como cartazes, imagens ou slides. Como dinâmica de participação, foi proposto que os estudantes levantassem a mão ao reconhecer brincadeiras das quais já haviam participado, entre elas peteca, queimada, capoeira e pega-pega. A finalidade foi aproximar a conversa das experiências infantis e preparar a discussão das situações do jogo.

Organização e desenvolvimento do jogo

O jogo "Respeito em Ação" foi estruturado com tabuleiro, dado e cartas sobre respeito, igualdade de gênero e convivência escolar. Os estudantes foram organizados em pequenos grupos de três a cinco integrantes. Após a apresentação das regras, a dinâmica previa lançar o dado, avançar no tabuleiro e retirar uma carta ao chegar à casa correspondente. O conteúdo deveria ser discutido pelo grupo para a elaboração de uma resposta coletiva.

As cartas abordavam situações de convivência, incluindo restrições à participação em brincadeiras em razão do gênero ou de características individuais. A finalidade pedagógica era examinar as situações e discutir alternativas respeitosas. A mediação dos

ISSN: 2358-8829

responsáveis pela atividade acompanhou a compreensão das orientações e a discussão das respostas, buscando incentivar a participação dos integrantes e a consideração de diferentes pontos de vista.

Encerramento e reflexão sobre a experiência

O fechamento foi dedicado à retomada dos temas discutidos e à relação entre a atividade e a convivência cotidiana. As crianças foram convidadas a pensar sobre atitudes que poderiam adotar na escola e em outros espaços. Esse momento integrou o percurso pedagógico ao recuperar as questões apresentadas na roda de conversa e durante o jogo.

A reflexão apresentada neste artigo considera a descrição das etapas e a observação direta descrita na experiência. A análise não dispõe de protocolos de observação, transcrições de falas, questionários ou instrumentos de avaliação antes e depois da atividade. Por essa razão, organizamos a discussão em quatro eixos interpretativos: participação e diálogo; cooperação; problematização de estereótipos de gênero; e mediação pedagógica. Esses eixos orientam a leitura da experiência e não correspondem a categorias produzidas por uma análise formal de conteúdo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participação e diálogo

A articulação entre roda de conversa, apresentação dialogada e jogo constitui um aspecto central da experiência. A pergunta inicial aproximou o tema das brincadeiras conhecidas pelas crianças e abriu espaço para a expressão de opiniões. Essa escolha metodológica permitiu abordar as relações de gênero por meio de uma questão concreta, em vez de iniciar a atividade com definições abstratas.

À luz de Vygotsky (1998), essa organização pode ser discutida como uma oportunidade de construção compartilhada de significados. Ouvir uma opinião diferente e explicar uma escolha são movimentos que podem ampliar a reflexão sobre as situações apresentadas. Entretanto, sem registros das falas e das interações, não é possível identificar quais interpretações predominaram, como foram negociadas ou se se modificaram durante a atividade.

A contribuição que o relato permite sustentar está na organização de espaços para o diálogo. O desenho da proposta conectou a questão inicial às situações do jogo e à reflexão de encerramento. Essa continuidade oferece um caminho para integrar

participação infantil e discussão de temas sociais, embora o envolvimento de cada estudante não tenha sido mensurado.

Cooperação e construção coletiva de respostas

A composição de grupos de três a cinco estudantes e a orientação para responder coletivamente às cartas colocaram a interação no centro da dinâmica. A atividade exigia mais do que realizar uma jogada: previa conversar sobre o problema apresentado e formular uma resposta com os colegas. Essa estrutura criou uma possibilidade de exercitar a escuta e a negociação de ideias.

A discussão dialoga com Kishimoto (2017), ao situar o jogo em uma proposta educativa intencional. O aspecto pedagógico dependeu da relação entre o material, as regras e a mediação. A resposta coletiva poderia favorecer a cooperação, mas também exigia atenção à distribuição da fala e à participação de crianças menos comunicativas. O relato não contém registros suficientes para afirmar que essa participação ocorreu de modo equilibrado em todos os grupos.

Desse modo, a cooperação deve ser compreendida como uma finalidade e uma possibilidade da organização adotada. Não há evidências para concluir que a experiência desenvolveu, de forma estável, habilidades socioemocionais ou alterou as relações da turma. Essa distinção preserva a contribuição da proposta sem ampliar suas conclusões além dos registros disponíveis.

Problematização de estereótipos de gênero

A escolha das brincadeiras como ponto de partida tornou possível discutir como determinadas classificações podem restringir a participação infantil. Ao relacionar a pergunta inicial às situações apresentadas nas cartas, a proposta abriu um percurso para examinar práticas de exclusão e pensar alternativas de convivência.

Scott (1995) e Louro (1997) ajudam a interpretar essas classificações como parte de relações sociais aprendidas e reproduzidas em diferentes contextos. Nessa perspectiva, permitir que as crianças discutam quem pode brincar e por quais motivos constitui uma oportunidade de questionar critérios de pertencimento. A mediação precisa considerar as experiências trazidas pelos estudantes e evitar transformar a atividade em julgamento de suas famílias ou de suas preferências.

ISSN: 2358-8829

O relato permite reconhecer a presença dessa intenção no planejamento e na condução descrita, mas não demonstrar a desconstrução de estereótipos. Para avaliar mudanças, seria necessário registrar os argumentos apresentados, acompanhar situações posteriores e examinar se as reflexões repercutiram nas práticas de convivência. A realização pontual do jogo oferece um início de discussão, cuja continuidade depende do trabalho cotidiano da escola.

Mediação pedagógica e limites da experiência

A experiência evidencia a importância de articular o recurso lúdico a momentos de preparação e reflexão. A apresentação dialogada forneceu referências para a discussão das cartas, enquanto o encerramento retomou a relação entre o jogo e as atitudes cotidianas. Essa organização é coerente com o trabalho de empatia, diálogo, cooperação e respeito à diversidade previsto na BNCC (Brasil, 2018). Tal aproximação indica alinhamento de objetivos, mas não comprova, por si, o desenvolvimento dessas competências.

No âmbito da formação em Pedagogia, o projeto também ofereceu uma situação para relacionar planejamento didático, seleção de materiais e discussão de questões sociais. A construção da proposta exigiu adequar a linguagem à faixa etária e definir como o tema seria abordado. Essa dimensão formativa integra a experiência relatada, embora não tenha sido objeto de uma avaliação específica.

Os limites do trabalho abrangem a ausência de instrumentos formais de avaliação, de registros detalhados das interações e de acompanhamento posterior. A descrição também não informa o número de participantes, a duração efetiva da atividade ou características do contexto escolar. Essas lacunas reduzem a possibilidade de comparar experiências e de atribuir efeitos à intervenção. Em novas aplicações, registros sistemáticos e acompanhamento docente poderão qualificar a análise, respeitando a privacidade das crianças e os procedimentos institucionais pertinentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto “Respeito em Ação: jogos sociais para aprender brincando” articulou atividades lúdicas e discussão sobre diferenças de gênero com estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A experiência permitiu analisar uma forma de integrar roda de

conversa, apresentação dialogada, jogo de tabuleiro e reflexão coletiva ao trabalho sobre convivência escolar.

A principal contribuição do relato está na descrição de um percurso pedagógico que utiliza situações próximas ao cotidiano infantil para abrir espaços de diálogo. O jogo oferece possibilidades para discutir exclusão, preferências e igualdade de participação quando seus objetivos são explicitados e suas interações são acompanhadas. A mediação é parte constitutiva desse trabalho, pois sustenta a escuta e ajuda a relacionar as situações apresentadas às experiências das crianças.

As informações disponíveis não permitem concluir que houve mudança duradoura de atitudes, redução de preconceitos ou desenvolvimento mensurável de competências socioemocionais. Os apontamentos dizem respeito às possibilidades da proposta e à reflexão sobre sua organização. A ausência de registros sistemáticos e de acompanhamento posterior deve orientar o aprimoramento das próximas aplicações.

Como continuidade, propomos integrar o jogo a um trabalho recorrente com a turma, acompanhado de registros sobre as interações e de reflexões com os professores. A participação das famílias pode ampliar o diálogo sobre as oportunidades de brincar e conviver. Assim, o respeito às diferenças pode ser trabalhado como parte das relações diárias da escola, com ações planejadas, escuta das crianças e revisão constante das práticas educativas.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.